



WESLEY FELIPE ANDRADE ASSIS

**ESQUECIMENTO E INTERDITOS EM TORNO
DE UM ACONTECIMENTO: DISCURSOS QUE
CLAMAM PELO RETORNO DA DITADURA
MILITAR NO BRASIL**

LAVRAS – MG

2021

WESLEY FELIPE ANDRADE ASSIS

**ESQUECIMENTO E INTERDITOS EM TORNO DE UM
ACONTECIMENTO: DISCURSOS QUE CLAMAM PELO
RETORNO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Licenciatura Plena em Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dra. Márcia Fonseca de
Amorim

LAVRAS – MG

2021

Assis, Wesley Felipe Andrade.

Esquecimento e interditos em torno de um acontecimento:
discursos que clamam pelo retorno da Ditadura Militar no Brasil /
Wesley Felipe Andrade Assis. - 2021.

46 p.

Orientador(a): Márcia Fonseca de Amorim.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2021.
Bibliografia.

1. Discurso. 2. Esquecimento. 3. Interditos. I. Amorim, Márcia
Fonseca de. II. Título.

WESLEY FELIPE ANDRADE ASSIS

**ESQUECIMENTO E INTERDITOS EM TORNO DE UM
ACONTECIMENTO: DISCURSOS QUE CLAMAM PELO
RETORNO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL
FORGETTING AND INTERDICTIONS AROUND AN EVENT:
SPEECHES CALLING FOR THE RETURN OF THE MILITARY
DICTATORSHIP IN BRAZIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Licenciatura Plena em Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

Aprovado em 12 de Novembro de 2021.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
(UFLA)
Profa. Dra. Helena Maria Ferreira (UFLA)

Orientador(a)

Profa. Dra. Márcia Fonseca de
Amorim

LAVRAS – MG

2021

Para aqueles e aquelas que me potencializaram neste percurso
formativo.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, meus pais, João e Sirlene, e minha tia, Suzana, que me impulsionam a ser quem eu sou, com muito amor e apoio.

À professora Márcia Fonseca de Amorim, pelo carinho, pela paciência e pela atenção com a construção e orientação deste trabalho.

À professora Helena Maria Ferreira, ao professor Márcio Rogério de Oliveira Cano e à professora Mauriceia Silva de Paula Vieira, pela leitura precisa do trabalho e participação na banca examinadora.

Às professoras e aos professores do Departamento de Estudos da Linguagem, que contribuíram, com carinho e dedicação, para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e ao Programa de Residência Pedagógica, pela oportunidade de vivenciar a prática docente ao lado de professores e de colegas de curso que admiro.

Aos integrantes e agregados da república Homo Sapiens, minha segunda família ao longo do curso.

Às amigas consolidadas da minha cidade natal, Oliveira, e às amigas construídas no curso de Letras e na cidade de Lavras.

À minha amiga Vitória, pelo companheirismo e apreço nestes últimos anos.

“algo fala antes, em outro lugar, independente.” (Orlandi)

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar os discursos antidemocráticos presentes no ato do dia 31 de março de 2021 à luz dos estudos da Análise de Discurso (AD) de cunho materialista. Busca-se investigar e refletir quais são os sujeitos que proferem esses discursos, em que formações discursivas eles se situam e, também, identificar os discursos silenciados e/ou apagados por meio dessa manifestação marcada pela celebração do Golpe Militar de 1964 em diversas capitais do Brasil, mais especificamente, no ato ocorrido na cidade de São Paulo, Marcha da Família Cristã pela Liberdade, em que foram reunidos os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Os manifestantes, que usavam roupas em verde e amarelo e/ou estavam enrolados na bandeira nacional, pediam, principalmente, “Intervenção Militar com Bolsonaro no poder”. Posto isso, esta pesquisa se justifica por expor o esquecimento sobre a história por trás da Ditadura, o discurso antidemocrático e como a sua reincidência nos atos que clamam por uma Intervenção Militar têm se mostrado uma ameaça à democracia brasileira. Nesse caminho, as reflexões propostas neste trabalho encontram-se ancoradas nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, de cunho materialista, a partir dos estudos de Pêcheux (2006) e de Orlandi (2002, 2012, 2015) e dos conceitos de formação discursiva, interdito e vontade de verdade propostos por Foucault (1996, 2008). Trata-se de uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa. São utilizadas, como material para a análise, seis fotografias retiradas do jornal da Folha de São Paulo que registraram os sujeitos e os discursos disseminados por eles. Por meio do trabalho, foi possível compreender que os discursos retomam já ditos e que os interditos e a censura instaurados no Golpe de 64 ainda se perduram em atos políticos atuais, manifestando uma vontade de verdade no acontecimento 31 de março e promovendo uma ameaça para muitos sujeitos e para a democracia brasileira. Além disso, observou-se que, mesmo em momentos de repressão, a resistência e a tensão sob os interditos são iminentes nas práticas discursivas.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Intervenção Militar; Atos antidemocráticos.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the anti-democratic discourses present in the act of March 31, 2021, in the light of materialist Discourse Analysis studies. The aim is to investigate and reflect which subjects give these discourses, in which discursive formations they are located, and also to identify the silenced and/or erased discourses through this manifestation marked by the celebration of the 1964 Military Coup in several capitals of Brazil, more specifically, in the act that took place in the city of São Paulo, March of the Christian Family for Freedom, in which the supporters of President Jair Bolsonaro were gathered. The protesters, who wore clothes in green and yellow or were wrapped in the national flag, called mainly for “Military Intervention with Bolsonaro in power”. That said, this research is justified because it exposes the forgetfulness about the history behind the Dictatorship, the anti-democratic discourse, and how its recurrence in the acts that call for a Military Intervention is a threat to Brazilian democracy. In this way, the reflections proposed in this work are anchored in the theoretical assumptions of Discourse Analysis, of a materialist nature, from the studies of Pêcheux (2006) and Orlandi (2002, 2012, 2015) and the concepts of discursive formation, interdiction, and will to truth proposed by Foucault (1996, 2008). It is a theoretical research, of a qualitative nature. Six photographs taken the Folha de São Paulo newspaper are used as material for the analysis, recording the subjects and the discourses disseminated by them. Through the work, it was possible to understand that the speeches take up what has already been saying and that the interdicts and censorship introduced in the coup of 64 still persist in current political acts, expressing a will for truth in the March 31 event and promoting a threat to many subjects and for Brazilian democracy. Furthermore, it was observed that resistance and tension under the interdicts are imminent in discursive practices even in moments of repression.

Keywords: Discourse Analysis; Military Intervention; Undemocratic acts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	RELAÇÕES DE ENTREMEIO: A ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUTIANA	12
2.1	Sujeito, discurso e ideologia	14
2.2	Efeito de sentido e formações discursivas	16
2.3	Esquecimentos e interditos em torno de um acontecimento	19
3	O ACONTECIMENTO ANTIDEMOCRÁTICO	22
4	ANÁLISE: DISCURSO, ESQUECIMENTO E INTERDITOS	23
4.1	Resistência e tensão sob interditos	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da inquietação do pesquisador em relação aos acontecimentos antidemocráticos que estão ocorrendo nas diferentes regiões do Brasil e, também, ao esquecimento dos diversos sujeitos manifestantes sobre o que foi a Ditadura Militar no país. Partindo disso, fizemos um recorte, mais especificamente do acontecimento 31 de março de 2021, o qual é exposto, nesta pesquisa, com base nas notícias “Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro” e “31 de março tem defesa da democracia e atos pró-golpe esvaziados”, publicadas pela Folha de São Paulo e pelo Estadão, respectivamente. Por meio das duas notícias, são expostas as representações da mídia sobre os discursos que foram propagados nesse acontecimento, bem como são apresentados os sujeitos que clamam “Intervenção Militar com Bolsonaro no poder” e acreditam lutar pela liberdade no ato.

Posto que o analista do discurso se compromete a compreender como o simbólico juntamente com o político se interrelacionam para a construção de sentidos em uma dada sociedade, pretende-se, neste trabalho, expor o esquecimento sobre a história por trás da Ditadura Militar no Brasil, o discurso antidemocrático e como a reprodução desse discurso tem se manifestado nos movimentos em favor do presidente Bolsonaro. O desconhecimento de que os discursos que expressam uma monarquia do sentido da verdade podem silenciar e apagar os sujeitos, interferindo na e para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Portanto, busca-se analisar, por meio da Análise de Discurso de cunho materialista, o acontecimento 31 de março de 2021, com o intuito de entender os discursos que perpassam essa discursividade e os discursos que ela retoma. Busca-se, também, identificar os sujeitos que proferem esses discursos numa dada situação de interação, as formações discursivas que esses discursos se situam e, por último, os discursos silenciados e/ou apagados por meio da vontade de verdade que está imbricada nessa ação. Nesse caminho, o presente estudo concerne a uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, ou seja, esta pesquisa se desenvolve por base de um material já construído - notícias e fotografias -, para possíveis interpretações sobre esses objetos.

Em síntese, estabelecemos um diálogo com os estudos sobre o discurso e o esquecimento propostos por Pêcheux (2006) e por Orlandi (2002, 2012, 2015) e os conceitos de formação discursiva, interdito e vontade de verdade propostos por Foucault (1996, 2008). Empenhamos na

utilização dos estudos desenvolvidos por estes autores, pois tais estudos percorrem a superfície linguística, o discurso e a discursividade, explicitando o modo como são constituídos os sujeitos e os discursos nas interações e demonstrando como a ideologia se materializa em um dado acontecimento.

Para mais, esta pesquisa encontra-se organizada da seguinte maneira: (i) esta seção introdutória; (ii) uma seção referente à Análise de Discurso pecheutiana; (iii) uma seção sobre o acontecimento 31 de março de 2021; (iv) uma seção que abarca a análise do corpus e, por fim, (v) uma seção para as considerações finais.

2. RELAÇÕES DE ENTREMEIO: A ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUTIANA

O campo da Análise de Discurso (AD) se constituiu em um cenário intelectual do estruturalismo no final dos anos 60 a partir da relação sujeito, história e ideologia. A Análise de Discurso de cunho materialista, elaborada por Michel Pêcheux, considera a questão que envolve a relação sujeito-história-ideologia, porém, por meio de um campo que redefine as noções de língua e de sujeito, o filósofo apresenta e constrói um objeto próprio, a noção de discurso.

A Análise do Discurso, como seu próprio nome propõe, possui o discurso como principal objeto de pesquisa e, apesar de não tratar da língua e da gramática especificamente, aborda essas questões em seus estudos. Sobretudo, estuda o discurso, objeto sócio-histórico que se materializa nas práticas de linguagem, efeito de sentido entre os sujeitos em sociedade e princípio da existência humana (ORLANDI, 2012).

Segundo Orlandi (2002), o trabalho no campo da Análise de Discurso materialista se constitui “no meio de”, no “intermédio”, haja vista que essa ideia de entremeio diz respeito às relações de sentido e de forças entre teorias em que esse campo se desenvolve. Nesse caminho, a AD procura manter os estudos linguísticos abertos a questões que se referem à língua, pois, se os estudos se fecham a questões linguísticas, é excluído o objeto que essa perspectiva preconiza: o discurso.

Trata-se de uma perspectiva teórica que se situa no entremeio, ou seja, em meio às contradições inscritas nas áreas com as quais estabelece relações. Esse campo de estudos sobre o discurso se desloca da prática positivista da Linguística e das Ciências Sociais e, para a sua composição, restabelece as noções de sujeito, o seu objeto e o seu método. Como afirmado por

Orlandi (2002), a AD não recusa e não desconsidera as reflexões das Ciências Humanas e Sociais, porém esse campo de estudos sobre o discurso não é definido como positivista.

Assumindo a afirmação de Saussure de que a língua é *fato social*, a AD singulariza essa ideia ao desenvolver os conceitos de fato e de social, relacionando: a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. A AD propõe um deslocamento da relação dicotômica língua/fala proposta por Saussure para a relação, que não é dicotômica, entre língua/discurso. Ademais, de acordo com Orlandi (2002), a proposta cunhada por Pêcheux não deixa de questionar a linguagem, pois a elaboração do campo do discurso é uma iniciativa “de reflexão que interroga as próprias teorias que constituem as relações contraditórias do campo de sua existência.” (ORLANDI, 2002, p. 26).

Sendo assim, a Linguística¹ tem o seu objeto - a língua -, e a AD se constrói a partir de outro objeto - o discurso - visando as relações entre o linguístico e o discursivo e, portanto, o discursivo e o histórico. Aprofundando essa questão, Orlandi (2002) afirma que o discurso não aflige o campo da Linguística, em razão de que a AD se configura propondo a língua afetada pela ideologia e pelo inconsciente e desenvolve, assim, uma disciplina que envolve as Ciências da Linguagem e as Ciências Humanas e Sociais.

Nesse viés, Orlandi (2002) considera que, ao reconhecer o discurso como um objeto próprio, a AD também estabelece uma diferenciação entre o próprio campo em que atua do campo da Linguística, em razão de que os estudos do discurso não podem ser pensados como um mero acréscimo dos estudos linguísticos e, por isso, deve ser considerada uma proposta teórica diferenciada. Logo, a Linguística e a Análise de Discurso possuem objetos e objetivos distintos, dado isso, o discurso necessita ser envolto com métodos e procedimentos de análises modificados.

Porém, não de uma maneira proporcional, Orlandi (2002, p. 31) faz a seguinte afirmação: “quanto mais compreendo o discurso, mais compreendo o que é língua.”, ou seja, o estudo sobre o discurso envolve conexões ponderadas - alcançadas, somente, no ato de se colocar no entremeio - que interferem na relação entre esses dois objetos.

Portanto, o acontecimento teórico - Análise de Discurso - contribui na reformulação dos campos das teorias da linguagem e, por isso, possui consequências para os campos das Ciências Humanas e Sociais. Nas Ciências Sociais, a AD intercede com a noção de linguagem com a sua

¹ Cabe mencionar que existem estudos atuais sobre o campo da Linguística que não trabalham com a dicotomia língua/fala. Logo, a Linguística não se restringe à definição de Saussure trazida neste estudo.

característica de equívoco e de não transparência, redefinindo, então, o político, o ideológico, o histórico e o social. Conforme dito anteriormente, no que se refere à Linguística, o campo retoma a relação dicotômica língua/fala para refletir sobre a relação não dicotômica língua/discurso.

Já a noção de discurso, para a Psicanálise, faz surgir questionamentos que dizem respeito ao sujeito e à sua relação com o real da história – real este que se determina na relação com o real da língua. Por último, para a Ideologia, a AD reconhece que essa noção foi silenciada e que, para ser compreendida, necessita de outros instrumentos que exigem deslocamentos e, conseqüentemente, modificações teóricas. Em linhas gerais, Orlandi (2012, p. 15) afirma que, na AD, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.”.

A fim de abordar de maneira mais aprofundada sobre os conceitos do campo da Análise de Discurso, serão tratadas, a seguir, dos conceitos de sujeito, de discurso e de ideologia por meio dos estudos de Orlandi (2002, 2012), Pêcheux (2006) e Foucault (2008).

2.1 SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA

Ao redefinir a dicotomia proposta por Saussure de língua/fala, Orlandi (2002) afirma que a teoria do discurso ressignifica a língua no campo de estudos da linguagem, definindo-a como relativamente autônoma, sendo uma estrutura sujeita a falhas. Para a AD, a linguagem é opaca, incompleta e sujeita ao equívoco e, assim como ela, o discurso e o sujeito estão no processo de construção pela história. À vista disso, os sentidos são construídos na relação da linguagem com a sua exterioridade, como exposto por Orlandi (2012, p. 25), “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.”.

Para a AD, a situação não é empírica, mas linguístico-histórica, e o sujeito não é a origem do dizer. Esses conceitos, em conjunto, vão permitir, para a análise, a forma material que, para Orlandi (2002), possui concordância com as discussões propostas pelo Materialismo Histórico, pela Psicanálise, mais especificamente a noção de inconsciente, e, por último, pela Linguística, como o deslocamento da noção de fala proposta por Saussure pela noção de discurso, alterando, assim, a própria noção de língua.

A respeito dos estudos sobre o discurso, Orlandi (2012) postula que não se separam a forma e o conteúdo do discurso e, portanto, o compreende como estrutura e como acontecimento.

Pêcheux (2006) desenvolve caminhos para realizar uma reflexão sobre o discurso como estrutura e acontecimento, dado que, para a AD, a língua é incompleta e todo ato de linguagem, ou melhor, como afirmado pelo filósofo, todo acontecimento é opaco, sujeito ao equívoco, em razão de que sobre o objeto podem surgir questionamentos. Reforçando esse ponto de vista, Pêcheux (2006) defende que não é certo que se interprete de forma única um dado objeto e, assim, reflete sobre a necessidade de compreender o discurso como acontecimento, sendo que ele é único e, por isso, provoca uma ruptura na história. Em outros termos, Pêcheux (2006, p. 56-57) considera que

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.

Foucault (2008) complementa e define o “mais banal” e até o “menos entendido” dos enunciados como acontecimento, dado que, para o autor, estes enunciados estão ligados “a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra” e, por isso, abrem “uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos.” (FOUCAULT, 2008, p. 31-32). Reforçando esse pensamento, é importante ressaltar que os enunciados são únicos, bem como os acontecimentos, visto que estão abertos à repetição e, assim, à transformação. Em suma, trabalha-se, na AD, o funcionamento do discurso não só envolvendo o seu sistema e a sua estrutura – como na Linguística saussuriana -, mas abrangendo, também, a sua prática (ORLANDI, 2002).

Como dito anteriormente, A AD promove um deslocamento da dicotomia língua/fala para a relação não dicotomizada entre língua/discurso. Ocorre uma não dicotomização entre o social e o histórico, haja vista que, para a AD, o discurso possui exterioridade, sendo esta relacionada ao linguístico e tratada como forma material. Essa forma material estabelece a relação entre língua e história e, sendo assim, é por essa forma que “podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua.” (ORLANDI, 2002, p. 23).

Logo, o campo da AD defende a língua como essencialmente ideológica e trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Nessa perspectiva, Orlandi (2012, p. 17) retoma Pêcheux para dizer que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, visto que a língua apenas faz sentido pela interpelação do sujeito pela ideologia. Posto isto, o sujeito não tem controle de

como o discurso (objeto sócio-histórico) o afeta, já que o indivíduo, afetado pela história, se desloca para sujeito que age pelo inconsciente e pela ideologia. Isto é o que é chamado de assujeitamento para a AD: o sujeito pode proferir diferentes ideias, mas, para isso, precisa se submeter à língua (ORLANDI, 2012).

Nesse caminho, Orlandi (2012) defende o ponto de vista de que a constituição do sujeito é somente incorporada pela ideologia, pois esta age no inconsciente dele e é a responsável pelos efeitos de sentidos de um dado discurso e do próprio sujeito. Assim, o sujeito apenas se constitui pela ideologia e o mundo apenas possui significado pela ideologia. Entretanto, na AD, a ideologia não representa uma visão de mundo ou uma falsa representação da realidade, ela é “função da relação necessária entre linguagem e mundo.” (ORLANDI, 2012, p. 47). Em outras palavras, a ideologia que, articulada no imaginário e inconsciente dos sujeitos, se materializa na linguagem e, portanto, interfere no discurso. Por essa razão, a linguagem só funciona e o mundo só significa por meio da ideologia.

Orlandi (2002), ancorada nos estudos de Pêcheux, interroga o que é a interpretação para trabalhar a relação do real da língua com o real da história e, com isso, redefinir a noção de ideologia. Ao tratar da noção de interpretação como “lugar de inflexão” da ideologia, a linguista levanta a questão do sujeito e do sentido e defende o ponto de vista de que a língua é materialidade específica do discurso e o discurso é a materialidade específica da ideologia. Para a autora, só há discurso se há sujeito e, para que este exista, é essencial a presença da ideologia.

Nessa perspectiva de que o sujeito e o sentido são construídos paralelamente e de que o discurso é efeito de sentido entre os sujeitos, o próprio sujeito, o sentido, a língua, a história e a ideologia encontram-se ligados pela noção de interpretação. Dessa forma, com o intuito de aprofundar sobre o discurso, mais especificamente, suas produções de sentidos e suas formações, serão abordadas, nos tópicos seguintes, categorias relevantes para os estudos desse objeto.

2.2 EFEITO DE SENTIDO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

A linguagem apenas faz sentido por se inscrever na história (ORLANDI, 2012). Ampliando essa discussão, a memória – parte incontável do sujeito na produção do discurso – é tratada como interdiscurso na AD, ou seja, aquilo que já foi dito e “esquecido”. Chamado também de memória discursiva, o interdiscurso é “o saber discursivo que torna possível todo

dizer que está na base do dizível, sustentando cada palavra.” (ORLANDI, 2012, p. 31).

Dessa maneira, esse conjunto de discursos feitos e já esquecidos reforça a ideia da forma material (relacionada ao discurso e à exterioridade) e do dizer como não propriedade de um sujeito específico, posto que os discursos só fazem sentido por já fazerem sentido (ORLANDI, 2012). A relação entre o já-dito e o que está sendo dito atualmente se constitui a partir dos sentidos “resgatados” pela memória discursiva para a atualidade. Portanto, é apresentado por Orlandi (2012, p. 33) que

a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos.

A linguagem é tratada, nos estudos do discurso, pela tensão entre o mesmo e o diferente, entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos, respectivamente. Este se refere à criatividade e à ruptura, ao deslocamento de sentidos, visto que são produzidos discursos e significações diferentes nesse processo. Já aquele diz respeito à produtividade, pois o dizer se mantém e promove o retorno do que já foi dito, ou melhor, o resgate do interdiscurso. Porém, como assinala Orlandi (2012), os processos citados não são independentes, haja vista que, pela repetição (produtividade), o novo (criatividade) é sempre iminente.

O entendimento sobre em que consiste o sentido se faz necessário no campo da AD, uma vez que, para esta proposta de estudo, o sentido não preexiste à ação discursiva, “mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” (ORLANDI, 2012, p. 42). Logo, o sentido não se faz, apenas, pelas intenções de quem profere o discurso e pela memória, mas também pelas formações discursivas.

À vista disso, o sentido – efeito ideológico – demanda das formações discursivas para a sua construção. Em conformidade com Orlandi (2012), as formações discursivas compreendem dois pontos:

- (i) As palavras não possuem sentidos em si mesmas, os sentidos serão derivados conforme as formações discursivas em que estas palavras se inscrevem (ORLANDI, 2012);
- (ii) Palavras iguais são capazes de significar diferentemente em diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2012).

O primeiro ponto retoma a ideia de que os sentidos do discurso se constituem porque se inscrevem em uma determinada formação discursiva e não em outra. Já o segundo ponto concerne às referências das diferentes formações discursivas, as quais permearão a compreensão dos diferentes sentidos nos discursos. Este último ponto faz alusão à noção de metáfora, em que, no campo discursivo, não é tratada como uma figura de linguagem, mas como transferência de sentidos. Conclui-se, então, que não há sentido sem metáfora, isto é, sem superposição e sem transferência de elementos significativos.

Foucault (2008), em seus estudos sobre as regras, construções, formações e relações dos e entre os enunciados no campo do discurso, propõe o conceito de formação discursiva, o qual busca compreender as regularidades que estão presentes nos enunciados e nas suas dispersões. De acordo com o autor,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p. 43) .

Ou seja, para o filósofo, as formações discursivas dizem respeito a como os enunciados produzem sistemas classificatórios que geram outros enunciados. Deste modo, no processo de constituição de um objeto específico, uma dada formação discursiva transita por campos e por níveis de saberes variados. Partindo desse postulado, Foucault (2008) desenvolve algumas observações e consequências que se referem aos funcionamentos e às regras das formações discursivas.

Segundo Foucault, são necessárias condições históricas para o aparecimento de um dado objeto de discurso e para poder dizer algo sobre ele, por isso não é possível falar sobre qualquer ideia em qualquer tempo histórico. Logo, o objeto não preexiste a si mesmo, ele existe perante condições, relações complexas, isto é, sua existência se dá sob as formações discursivas. Estas relações complexas - que permitem a existência de um determinado objeto são “estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2008, p. 50).

É necessário reforçar que essas relações não definem a constituição interna do objeto, pois elas são realizadas no limiar do discurso, com o objetivo de permitir a sua aparição. Dessa forma, as relações discursivas – localizadas no limite do discurso – “oferecem-lhe objetos de que ele

pode falar, [...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 51).

Para mais, proporcionando uma visão sobre as formações discursivas em uma perspectiva que atende aos pressupostos teóricos da AD de cunho materialista, Haroche, Henry e Pêcheux (apud Orlandi, 2015, p. 56) afirmam que as formações discursivas delimitam “aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada”. Portanto, as formações discursivas fazem relação ao próprio discurso e as relações de poder que o envolvem, ou melhor, a produção dos discursos é associada às posições que os sujeitos ocupam na sociedade. É no interior delas que os discursos são construídos. Para ampliarmos a discussão proposta, no próximo tópico, abordaremos os esquecimentos e os interditos que perpassam as práticas discursivas.

2.3 ESQUECIMENTOS E INTERDITOS EM TORNO DE UM ACONTECIMENTO

Ao tratar da questão dos sentidos inviabilizados, que faz relação ao discurso e ao poder, Foucault (1996, p. 8-9) considera que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Sendo assim, são apresentados, pelo filósofo, procedimentos, os quais se referem à exclusão do discurso. No que tange ao procedimento de interdição, é defendido por Foucault (1996, p. 9) que existem três tipos de interdição que “se cruzam, se reforçam ou se compensam”, são elas: tabu do objeto, que estabelece limites em relação ao dizer, não se tem o direito de dizer tudo; ritual de circunstância, que remonta à questão que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância; e, por fim, o direito exclusivo/privilegiado do sujeito que fala, pois nem todos os sujeitos podem falar sobre qualquer ideia. As interdições que atingem os discursos, de acordo com Foucault (1996) revelam suas relações com o desejo e com o poder - o discurso não só manifesta o desejo, mas ele é, também, um objeto de desejo.

Outro procedimento trabalhado pelo autor é a oposição entre verdadeiro e falso, oposição constituída historicamente pela vontade de saber. Nesse procedimento, o discurso verdadeiro –

aquele que pronunciava e concedia a justiça – “não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 15). Logo, a partir dessa oposição, a vontade de verdade ocupa lugar na história.

Assim como outros sistemas de exclusão, a vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional, sendo acompanhada por conjuntos de práticas em sociedade. Entretanto, segundo Foucault (1996), ela também é conduzida pela maneira a qual o conhecimento é posto para o povo. Ademais, a vontade de verdade desempenha uma espécie de pressão e poder de imposição sobre os discursos dos sujeitos, mas

só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade. (FOUCAULT, 1996, p. 20).

À face dos procedimentos mencionados, é necessário destacar que existe um controle em relação à produção do discurso e que a sua proliferação em sociedade é permeada pelo desejo e pelo poder.

Como abordado nas discussões anteriores, os sentidos dos discursos estão além deles, estão, também, nas formações discursivas de que se originam, nas suas relações com a história e com a memória. A memória, de acordo com Orlandi (2015), é constituída por esquecimentos e por silêncios, sendo estes os sentidos que não foram proferidos, que foram silenciados. Partindo do acontecimento discursivo Ditadura Militar no Brasil, construído por meio do silenciamento, dos sentidos que impuseram a tortura, a censura e a repressão na sociedade brasileira, Orlandi (2015, p. 53) afirma que “os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos.”.

A Ditadura afetou politicamente, culturalmente e moralmente a história e a sociedade brasileira. Esse acontecimento ainda é (re)significado nos dias atuais a partir de posicionamentos ideológicos específicos. Com base nos estudos de Pêcheux, Orlandi (2015), visando compreender a “fragilidade” da inscrição dos acontecimentos na memória, enfatiza que pode ocorrer de (i) o acontecimento escapar à inscrição na memória e de (ii) o acontecimento ser dissipado na memória, isto é, de ele ser esgotado do processo como se não tivesse ocorrido. No entanto, a linguista disserta, relacionando com a censura de maneira geral, que a Ditadura no Brasil é uma nuance entre as duas possibilidades desenvolvidas por Pêcheux, pois é como se esse acontecimento não tivesse ocorrido, visto que ele escapou da inscrição na memória.

Com a intenção de aprofundar suas ideias sobre essa problemática, Orlandi (2015) retoma uma questão relevante para a AD que diz respeito à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, situando-o como assujeitado ao próprio discurso que propaga, porque, para que o indivíduo seja sujeito, é crucial sua submissão à língua. Portanto, por ser submetido à língua e ao simbólico, o sujeito pode ser “sujeito de”. Para mais, Orlandi (2015) defende que a interpelação do indivíduo em sujeito – somente realizada pela ideologia – tem como consequência a forma-sujeito histórica.

Em contrapartida, devido à constituição do sujeito, esta passa por processos outros de individualização e de socialização pelas diferentes formas de poder, como, por exemplo, o poder do Estado. Diante disso, segundo Orlandi (2015), o campo da AD reflete a existência do sujeito como a constituição de sua relação com a língua e com a história: em seu confronto com o simbólico e o político.

Ao tratar do que ocorreu com os sentidos em relação à Ditadura no Brasil, Orlandi chama a atenção para o fato de que proferir algo é também esquecer, já que, para que apareçam novas significações, é necessário que se esqueça. No mais, é crucial esquecer para apagar sentidos que já foram possíveis, mas que foram detidos e impedidos por serem evitados e de-significados em um “processo histórico-político silenciador” (ORLANDI, 2015). Com base na noção de formação discursiva proposta por Pêcheux (1975), Orlandi (2015) argumenta que, historicamente, diferentes sentidos possíveis foram interditados e de-significados pelas relações de força e pela censura impostas.

A falha e o esquecimento, segundo Orlandi (2015), são constitutivos da memória, todavia o que ocorre na memória sobre a Ditadura é diferente. Os sentidos de maio de 1968 não falham apenas na memória discursiva, “eles foram silenciados, censurados, excluídos para que não haja um já dito, um já significado nessa memória de tal modo que isso tornasse, a partir daí, outros sentidos possíveis.” (ORLANDI, 2015, p. 59).

Diante disso, Orlandi (2015) aponta que há buracos na memória da Ditadura e não falhas, sendo que os sentidos “faltam” por um processo de interdição, o qual desaparece, apaga e silencia “toda uma região de sentidos”. Melhor dizendo, a ausência de memória dos sentidos desse acontecimento impede, assim, que dados sentidos, hoje, em razão de não poderem ser lidos em um processo de condição de se proferir, se transformem em outros sentidos.

Por esse motivo, pela falta de memória do que foi, em grande medida, silenciado e

apagado da história do Brasil a respeito da Ditadura, será tratado, a seguir, sobre o acontecimento 31 de março de 2021, o qual foi marcado por sujeitos brasileiros que foram às ruas para defender o regime militar.

3. O ACONTECIMENTO ANTIDEMOCRÁTICO

A fim de refletir sobre as noções apresentadas neste trabalho, principalmente no que se refere ao discurso, ao esquecimento e ao interdito, serão analisadas as fotos tiradas por Danilo Verpa no ato do dia 31 de março de 2021, em São Paulo, para, posteriormente, retratar a resistência, a tensão sob os interditos e os contradiscursos presentes nos discursos que se opõem ao acontecimento antidemocrático.

O acontecimento 31 de março de 2021 é exposto, neste trabalho, com base nas notícias: “Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro”, publicada pela Folha de São Paulo, e “31 de março tem defesa da democracia e atos pró-golpe esvaziados”, reportada pelo Estadão². As duas notícias foram escolhidas por trazerem discursos que foram propagados por sujeitos que acreditavam lutar pela liberdade e pela ordem social.

De acordo com a notícia da Folha, o 31 de março de 2021 ocorreu em uma quarta-feira e foi marcado por pequenas manifestações no Brasil dedicadas à celebração do Golpe Militar de 1964. O subtítulo da notícia expõe que esta comemoração “teve estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento” de sujeitos. A notícia retrata que houve atos nas grandes capitais e que os sujeitos presentes saíram pelas ruas em defesa do atual presidente – Jair Bolsonaro. Além disso, o jornal menciona a respeito da nota alusiva ao Golpe de 64 proferida, um dia antes do acontecimento, pelo recém-anunciado ministro da Defesa Walter Braga Netto, em que o político afirma que a Ditadura Militar é “parte da trajetória histórica do Brasil”.

A notícia do Estadão expõe que o aniversário de 57 anos do Golpe de 64 – 31 de março de 2021 – foi marcado em meio à intervenção do presidente Jair Bolsonaro nas Forças Armadas. Quanto aos atos, eles são classificados como “esvaziados” pelo jornal. A matéria informa que os manifestantes se aglomeraram em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Curitiba. No Rio, mais especificamente na orla de Copacabana, foram noticiados insultos, bate-boca, agressões e gritos que expressavam “vai pra Cuba”, “maconheiro” e ofensas de cunho homofóbico direcionados

² Para uma leitura na íntegra dessas notícias, elas serão expostas, em anexo, no fim deste trabalho.

àqueles que contestavam a manifestação. Já em Belém, a Polícia Militar separou os manifestantes que aglomeravam em frente ao Quartel General da capital.

Conforme a notícia tratada pelo Estadão, grupos bolsonaristas circularam mensagens que convocavam os atos antidemocráticos em todo Brasil nos últimos dias que precederam as manifestações. Ademais, é afirmado, na exposição dos fatos, que o dia 31 de março não foi marcado, apenas, pelos atos pró-golpe, mas também por atos em defesa da democracia. Na plataforma do Twitter, a *hashtag* #Viva31demarco e o termo “Viva 64” foram postados no dia, porém foram publicadas, em maior quantidade, críticas à Ditadura e às celebrações do aniversário do Golpe de 64 pelos internautas na rede social. Segundo a matéria do Estadão, *tweets* com a #DitaduraNuncaMais foram latentes e menos de 90 mil perfis postaram a *hashtag* comemorando o Golpe na plataforma.

Dado isso, há muito que se refletir sobre o esquecimento e os interditos que estão presentes em 31 de março de 2021. Por isso, esta pesquisa será aprofundada, mais especificamente, no ato ocorrido na cidade de São Paulo, em que foram reunidos os apoiadores de Jair Bolsonaro pela Marcha da Família Cristã pela Liberdade em uma manifestação que começou em frente à Paróquia Imaculada Conceição e seguiu em direção à Sede do Comando Militar do Sudeste.

Conforme as notícias da Folha de São Paulo e do Estadão, muitos manifestantes estavam sem máscaras e não respeitavam o distanciamento social recomendado para evitar a propagação da Covid-19. Os sujeitos no ato usavam roupas em verde e amarelo e/ou estavam enrolados na bandeira nacional, gritavam palavras de cunho contra o comunismo e pediam, principalmente, “Intervenção Militar com Bolsonaro no poder”.

4. ANÁLISE: DISCURSO, ESQUECIMENTO E INTERDITOS

As imagens selecionadas para este estudo são constituídas por fotografias capturadas no dia 31 de março de 2021, em São Paulo, pelo fotojornalista Danilo Verpa, publicadas pela Folha de São Paulo, na notícia “Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro”. Estas imagens foram escolhidas para este estudo por ilustrarem os sujeitos presentes, os discursos proferidos e os discursos silenciados e/ou apagados no ato antidemocrático. No presente tópico, as imagens serão analisadas com base nos pressupostos

teóricos da Análise de Discurso. No mais, trataremos os enunciados estampados nas imagens como aqueles que se caracterizam por carregar um dado discurso.

Figura 1- Bolsonaro, o povo está com você.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

A fotografia traz um grupo de pessoas, participantes do acontecimento 31 de março de 2021, vestindo roupas em verde e amarelo e carregando um cartaz que enuncia “Bolsonaro o povo está com você”. Retomando os estudos de Pêcheux (2006) e a tese defendida pelo autor de que todo discurso é acontecimento, assim como todo ato de linguagem, por se caracterizar como equívoco, questões sobre o enunciado “Bolsonaro o povo está com você”, tais como “Que povo?”, “Está com Bolsonaro para quê?”, podem emergir.

Elucidando essa problemática, o signo “povo” que, na maioria das enunciações expressa sentido de pessoas que vivem em conjunto em uma sociedade, é preenchido de sentido ao ser proferido por esses sujeitos manifestantes nessa situação discursiva. Desse modo, tratando-se da posição desses sujeitos nesse acontecimento e dos dizeres proferidos que remetem a uma dada formação discursiva, infere-se que o termo “povo” diz respeito aos apoiadores de Bolsonaro e de seu governo. Logo, o objetivo desse povo nessa prática social se torna mais claro quando o enunciado “Bolsonaro o povo está com você” é oriundo dessa determinada formação discursiva. Percebe-se, então, que os sujeitos que são partes constitutivas desse acontecimento clamam por uma Intervenção Militar com Bolsonaro no poder.

Na imagem a seguir (Figura 2), são perceptíveis sujeitos utilizando máscaras, por conta da pandemia de Covid-19, e outros que, acompanhados pelas atitudes do presidente que é contrário

ao uso de máscaras e ao isolamento social, estão sem máscaras. Um desses sujeitos carrega um cartaz em amarelo escrito “Marcha com Deus, pela família e liberdade”. Novamente, reforçamos, nesta análise, o caráter opaco da língua, haja vista que, diante desse enunciado, podemos nos perguntar “Que Deus é esse?”, “Que família é essa?” e “Que liberdade é essa?”. Para entendermos melhor sobre esses questionamentos, partiremos dos discursos que remetem a uma dada formação discursiva para, posteriormente, discutirmos sobre o conceito de vontade de verdade envolto nesse discurso.

Figura 2- Marcha com Deus, pela família e liberdade.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

Desde o início das eleições para a presidência do Brasil, em 2018, alguns segmentos religiosos cristãos passaram a disseminar a ideia de que Bolsonaro é um sujeito ungido por Deus para salvar o Brasil da corrupção, do comunismo e de todas as ideias que se distanciavam dos ideais bíblicos cristãos. Sendo assim, Bolsonaro passou a ser visto, por muitos cristãos, como aquele que é ungido por Deus. Além disso, essa crença se espalhou e construiu a ideia de que todos os partidos que se opunham ao governo Bolsonaro se opunham, também, a Deus, à família e ao cristianismo.

Dada essa contextualização, pode-se inferir algumas ideias sobre o enunciado “Marcha com Deus, pela família e liberdade” exposto na imagem. Primeiramente, a palavra “Deus” pode exprimir a ideia da doutrina sobre Deus, isto é, o ser divino que criou e governa o mundo de acordo com os discursos oriundos das formações discursivas cristãs.

Além do Deus do cristianismo evocado nessa prática discursiva, podemos refletir sobre o conceito de família que os manifestantes desse ato preconizam. Se a marcha é com um Deus determinado, o do cristianismo, procura-se uma dada família, a cristã, representada por um vínculo perpétuo de matrimônio entre um casal - formado por um homem e uma mulher cisgêneros³ e heterossexuais -, com a função procriadora de perpetuação da família e dos valores pregados pela bíblia cristã. Logo, a família clamada é uma família construída discursivamente no interior de uma dada formação discursiva, na qual se situam os discursos assumidos por sujeitos que praticam o cristianismo e defendem esse ideário de família, não abrangendo as diversas outras famílias constituídas de forma diferente.

O discurso que clama pela família cristã instaura, de acordo com Foucault (1996), uma vontade de verdade que exclui todas as outras verdades que se situam em outras formações discursivas. Esse discurso envolto por uma vontade de verdade é como um sistema que interdita e silencia outros posicionamentos ideológicos, visto que pressiona outros discursos - aqueles que contrariam o conceito de família cristã -, com o intuito de apagá-los, isto é, excluir todas as outras verdades que estão por trás de uma ideia. Nesse caso, são apagados todos os outros conceitos de família que destoam da família cristã. Exclui-se, por exemplo, as famílias formadas por sujeitos da comunidade LGBTQIA+⁴; por mães solteiras; ou por um sujeito e o seu animal de estimação. Em suma, essa vontade de verdade é hegemônica.

Quanto à liberdade tratada no enunciado, ela é também perpassada por uma vontade de verdade, já que aquilo que é libertador, para os manifestantes do ato, diz respeito à destituição de ideias que não estão de acordo com os discursos do Deus cristão e da família cristã. Assim, por meio desse discurso “indiscutível”, busca-se promover uma interdição de todas as liberdades preconizadas em outras formações discursivas que não integram posicionamentos discursivos semelhantes.

Nesse sentido, em uma prática discursiva são evocadas diferentes formações discursivas. Estas não estão fechadas em si mesmas e reúnem discursos que encontram-se vinculados uns aos outros por defenderem posicionamentos ideológicos semelhantes. Em uma formação discursiva que se afasta da formação discursiva que os discursos do ato analisado são oriundos, nota-se uma

³ Cisgênero é o termo para classificar pessoas que se identificam com a identidade de gênero que lhe foram atribuídas ao nascer.

⁴ A sigla LGBTQIA+ corresponde, respectivamente, a lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, queer, interssexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero.

contradição no que se refere aos pedidos de liberdade em uma manifestação que clama pela Intervenção Militar no Brasil. Logo, os termos “liberdade” e “Intervenção Militar” inscritos em uma formação discursiva evocada em um acontecimento que se distancia do ato antidemocrático 31 de março se definem como expressões opostas: enquanto a liberdade visa, em suma, a independência, o direito do sujeito; a Intervenção Militar retoma, na história do Brasil, acontecimentos que se caracterizam por repreensão, interditos e diversas mortes de sujeitos.

Portanto, em um primeiro momento, podemos levantar a questão de que muitos sujeitos que clamam por uma Ditadura no Brasil, nesse ato, pensam que sabem sobre o que proferem, porém, como sujeitos assujeitados pela ideologia, não possuem controle de como os sentidos de seus dizeres são constituídos e são manifestados em uma situação (ORLANDI, 2012). Em um segundo momento, pode-se levantar, também, a questão da censura como interdito e produtora de um esquecimento sobre o que foi a Ditadura e seus efeitos na sociedade brasileira nesses sujeitos inseridos no acontecimento de 31 de março. Sobre o esquecimento, o apagamento da memória e os interditos do Golpe de 64, Orlandi (2015, p. 53) afirma que: “falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”.

Na imagem a seguir (Figura 3) é exposto um homem utilizando uma máscara que estampa as cores verde e amarelo e o seguinte enunciado: “Brasil acima de tudo / Deus acima de todos”.

Figura 3- Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

A fim de discorrer, novamente, sobre a palavra “Deus” proferida pelos sujeitos que assumem uma dada posição em uma dada prática discursiva, podemos entender que o seu sentido é perpassado pela noção de metáfora. A metáfora, de acordo com Orlandi (2012), é tratada, no campo do discurso, como transferência de sentidos, ou seja, essa noção é essencial para que exista sentido em uma determinada prática social.

Nesse caminho, por meio do enunciado “Brasil acima de tudo / Deus acima de todos” apresentado na imagem, pode-se inferir que a palavra “Deus” possui um único sentido para os sujeitos desse ato, o Deus do cristianismo – como já analisado. Porém, para outros sujeitos que se posicionam em outras práticas discursivas e proferem discursos oriundos de outras formações discursivas, a palavra “Deus” pode manifestar outros sentidos. Em linhas gerais, esse é o trabalho da metáfora: expressões e palavras podem manifestar sentidos diferentes a depender das formações discursivas que remetem esse signo. Portanto, há, como nos enunciados analisados anteriormente, uma verdade absoluta no clamor “Deus acima de tudo” desse sujeito, dado que esse Deus não representa os diversos Deuses dos outros sujeitos que se distanciam dessa discursividade em específico.

Isto posto, podemos inferir que os discursos propagados pelos sujeitos do ato antidemocrático são tomados por uma vontade de verdade esmagadora que preconiza uma monarquia de sentido, de um Deus cristão e que tenta apagar e silenciar todas as ideias que se afastam do conservadorismo, da pátria e da família cristã.

O enunciado “Brasil acima de tudo / Deus acima de todos” retoma ideias totalitárias que evocam outros dizeres, como o que foi proferido por sujeitos - em práticas discursivas que se assemelham com as dos manifestantes desse ato - na Ditadura Militar do Brasil, em que o slogan desse momento era “Brasil acima de tudo”. Foucault (2008, p. 32) defende que todo enunciado

está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

Complementando a ideia do autor, Orlandi (2012) defende que todo enunciado se localiza em dois pontos, o da memória discursiva, que é a constituição, e o da atualidade, o da formulação. O interdiscurso – memória – determina o que se profere atualmente, pois os enunciados estão abertos à repetição e, sendo assim, estão abertos, também, a transformações. Em outras palavras, o enunciado “Brasil acima de tudo / Deus acima de todos” retoma o que já

foi dito, mas reaparece reformulado no campo da formulação para a atualidade, manifestando um Deus cristão como superior a todos os outros sujeitos e a outros possíveis Deuses nesse ato antidemocrático.

Na Figura 4, é exposta uma parcela dos manifestantes, alguns com vestimentas em verde e amarelo e outros enrolados em mantos que estampam a bandeira do Brasil e o rosto de Bolsonaro. Ademais, alguns dos manifestantes carregam objetos que apontam para o cristianismo, como a cruz; a imagem de Cristo em um quadro; e o cartaz que demonstra a família cristã para a Bíblia: Maria, José e Menino Jesus – discursos que reforçam nossas inferências realizadas nas análises anteriores sobre qual Deus e qual família esses sujeitos clamam por meio desse ato.

Figura 4- Meu partido é o Brasil.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

Percebemos, na imagem, um homem mais velho, com uma camisa amarela que estampa a seguinte frase em verde: “Meu partido é o Brasil”, representando, assim, um ufanismo, isto é, amor e orgulho pela pátria brasileira. Dado que as palavras manifestam sentidos pela história e pela língua (ORLANDI 2012), o enunciado “Meu partido é o Brasil” retoma o discurso ufanista da Ditadura Militar no Brasil, mais especificamente, o momento o qual o General Médici estava no comando do país, em que o slogan “Ame ou deixe-o” era propagado se referindo à situação do Brasil naquele momento da história. Além disso, o enunciado também retoma a fala de Bolsonaro

ao sair do Partido Social Liberal (PSL): “Meu partido é o Brasil”, momento marcado pelo “não partidarismo” do presidente.

O enunciado exposto na imagem retoma, também, a memória do que foi a Ditadura para o sujeito que se situa nessa prática discursiva. É possível que alguns manifestantes do ato antidemocrático sejam tomados pelo esquecimento do que ocorreu, de fato, nesse acontecimento, visto que a memória é feita de esquecimentos e de silêncios, nesse caso, de censura.

À face do exposto, Orlandi (2015) questiona por onde passam os sentidos da resistência, da liberdade reprimidos na e pela Ditadura no Brasil, e argumenta que, por terem sido excluídos e silenciados, não puderam e não podem significar na atualidade. É acrescentado, pela autora, que esses sentidos não significam, no presente, os feitos da tortura, da censura e dos resultados que esse acontecimento acarretou na política brasileira. Portanto, conforme Orlandi (2015), mesmo se localizando fora da memória, esses sentidos não estão nem esquecidos nem trabalhados, eles estão à margem, in-significados, de-significados.

Todavia, há, também, manifestantes que pensam possuir conhecimento do que o Regime Militar causou para muitos sujeitos e concordam com a tortura e as mortes que perpassaram esse acontecimento. Nesse sentido, podemos inferir que o discurso desses manifestantes carrega uma vontade de verdade que realiza uma pressão e uma imposição de poder sobre outros discursos, estes silenciados e apagados pela repressão, mais especificamente, os discursos de estudantes, artistas e políticos que eram opostos à tortura, à corrupção e ao interdito que provocou e provoca, até os dias atuais, afetações políticas, culturais e morais à sociedade brasileira.

Para mais, esse esquecimento do que realmente a Ditadura provocou na vida de muitos sujeitos brasileiros e para o país ocorre porque os sentidos expressos, nesse Regime Militar, foram silenciados e censurados por meio de um processo de interdição de discursos. Por consequência, fica-se sem memória sobre o acontecimento e, por isso, diferentes sentidos sobre a tortura, sobre os diversos desaparecimentos e as diversas mortes dos sujeitos no período da Ditadura, não podem ser retomados, pela memória discursiva, para manifestar outros sentidos atualmente em sociedade (ORLANDI, 2015).

Na imagem a seguir, são expostos manifestantes carregando um cartaz, em frente ao Comando Militar do Sudeste, em que estão escritas as seguintes sentenças na língua inglesa: “G’out comunism of Brazil!”, “All power emanates from the people”, “Military Intervention

now!” e “With pres. Bolsonaro and the people together in the power!”⁵. Sendo assim, levantamos, de forma geral, os aspectos a seguir para fundamentar esta análise: o discurso ufanista brasileiro que se manifesta por meio de uma língua estrangeira; o imaginário social em torno de uma ameaça comunista no Brasil; e, por último, a menção aos sujeitos que estão juntos com Bolsonaro no poder em uma possível Intervenção Militar no Brasil.

Figura 5- Intervenção Militar.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

Os enunciados apresentados na Figura 5 que clamam por uma Intervenção Militar e que buscam falar sobre o comunismo no Brasil encontram-se na língua inglesa, em contraste com a língua portuguesa - língua materna dos manifestantes que participam do ato. É historicamente sabido que os Estados Unidos da América (EUA) apoiaram o Golpe Militar de 1964, no Brasil, com o intuito de garantir a sua hegemonia sobre o continente americano e de fazer com que outras possíveis Cubas não surgissem no continente. Dado isso, podemos inferir que os enunciados expostos na imagem podem evocar um provável novo apoio à pauta reivindicada pelos manifestantes, em 2021, no Brasil.

Ao analisar o enunciado “G’out communism of Brazil”, podemos falar sobre a possível

⁵ Em língua portuguesa, essas sentenças podem ser traduzidas como “Vai lá comunismo do Brasil”, “Todo o poder emana do povo”, “Intervenção Militar agora!” e “Com presidente Bolsonaro e o povo juntos no poder!” (tradução nossa).

tentativa errônea dos manifestantes de expressarem, nesse discurso, “Saia, comunismo do Brasil”. Entretanto, percebemos que o enunciado proferido, em inglês, possui um erro ortográfico e erros no que diz respeito ao que os sujeitos poderiam querer pedir nesse ato: “Communism” se escreve com dois “m”s, já a expressão “Go out” – expressa por uma tentativa de abreviação equívoca para essa expressão, “G’out”, traduzida para o português, manifesta sentido de sair de um lugar, de sair para se divertir. Logo, “G’out comunism of Brazil” não significa “Fora, comunismo do Brasil”, mas sim algo do tipo “Vai lá, comunismo do Brasil, se divirta”.

À vista disso, podemos entender que, mesmo oriundos de formações discursivas específicas, os enunciados proferidos pelos sujeitos nessa situação, mais especificamente o enunciado “G’out comunism of Brazil”, não exprime o que realmente os sujeitos querem dizer, haja vista que os sentidos manifestados estão além dessas palavras, eles possuem relação com a exterioridade e com as condições que foram produzidos independentemente das intenções dos sujeitos. Ademais, sem que o sentido “Vai lá, comunismo do Brasil, se divirta” estivesse no desejo desses manifestantes, ele foi determinado pela língua e pela história (ORLANDI, 2012).

Enunciados como “Saia, comunismo do Brasil” ou “Fora, comunismo do Brasil” atestam que o comunismo ainda é visto como uma ameaça constante à democracia, visto que os sujeitos tentam clamar, por meio desse discurso, uma possível saída desse movimento político filosófico, social e econômico do país. Há, além disso, um imaginário social em torno de uma ameaça comunista, assim como ocorrida nos tempos que antecederam a Ditadura Militar no Brasil. Esse imaginário, em suma, é alimentado pela extrema direita e pelas igrejas neopentecostais com o aval das forças armadas atualmente.

Por último, fazemos menção aos sujeitos que estarão, ou melhor, pensam que estarão juntos com Bolsonaro no poder em uma Intervenção Militar no Brasil. Os chamados comunistas, cujos discursos são oriundos de formações discursivas que divergem dos discursos proferidos nesse ato antidemocrático, são postos à margem desse poder, enquanto aqueles que dizem praticar os ideais bíblicos, o cristianismo e possuem uma família cristã pensam que estarão com Bolsonaro no comando.

A última imagem (Figura 6) a ser analisada expõe os manifestantes, em sua maioria cobertos por um réplica da bandeira do Brasil, ajoelhados em frente ao Comando Militar do Sudeste, em São Paulo.

Figura 6- O ato ajoelhado.



Fonte: Jornal da Folha de São Paulo (2021)

A partir dos efeitos de sentido que a imagem nos proporciona, podemos retomar a questão disposta por Pêcheux em relação ao discruso – estrutura e acontecimento –, haja vista que ele é único e, por isso, possui o potencial de agitar as filiações sócio-históricas, ou seja, promover ruptura na história (PÊCHEUX, 2006). Deste modo, o gesto de se ajoelhar - que vai além de estruturas gramaticais de uma língua - manifesta sentidos nessa situação: seja por questões que se referem à religião, seja por questões que se referem à subordinação.

Quanto aos diversos segmentos da religião cristã, o gesto de se ajoelhar pode retomar a súplica e a adoração dos sujeitos fiéis diante do Deus cristão. Essa perspectiva é realizada por conta do quadro (segurado por uma das pessoas) que mostra Maria, José e Menino Jesus em frente aos manifestantes ajoelhados. Em contrapartida, o ato dos manifestantes de se ajoelhar em frente ao Comando Militar do Sudeste pode retomar, também, a subordinação imposta aos sujeitos aos acontecimentos que envolveram as forças militares nos diferentes momentos da história. Nesse ponto de vista, a subordinação é constitutiva de uma hierarquia em que o Comando Militar é a ordem maior, evocando efeitos de sentido que manifestam obediência e disciplina por meio do medo, da repressão e do interdito. Essas inferências podem ser feitas porque, para Pêcheux (2006, p. 26), “não é certo que se possa mostrar de forma unívoca aquilo de que se trata”.

4.1 RESISTÊNCIA E TENSÃO SOB INTERDITOS

Para finalizar esta seção, serão retratadas, de maneira geral, as ideias que ainda resistem e que possuem tensão ao serem confrontadas com os discursos anteriormente analisados e com o que eles evocam. Reforçaremos que o que é silenciado e interditado em uma formação discursiva pode ser aceito e amparado em outra. Sendo assim, é por meio das formações discursivas que há resistência, tensão sob interditos e contradiscursos.

Na imagem a seguir, são expostos, com base na foto de Mídia NINJA, reportada pelo jornal Brasil de Fato, os milhares de sujeitos que, em ato contra o presidente Bolsonaro, ocuparam sete quarteirões da Avenida Paulista, região central de São Paulo. A manifestação ocorreu na tarde de sábado, dia 29 de março de 2021, reuniu mais de 80 mil pessoas e apresentou as seguintes pautas: destituição de Bolsonaro da presidência do Brasil; mais vacinas contra a pandemia de Covid-19 em todo o país; defesa das vidas brasileiras; auxílio emergencial digno; entre outras questões. Além disso, o ato foi realizado sob recomendações de utilização de máscaras e suas distribuições no local.

Figura 7- 29M.



Fonte: Brasil de Fato (2021)

Isto posto, ainda que os silenciamentos estejam em jogo, como expressados no ato antidemocrático de 31 de março, a discursividade política, atualmente, possui pontos de tensão

sobre as tentativas de interditos. Dessa maneira, percebemos que o que foi preconizado na formação discursiva em que surgem os discursos dos sujeitos que fazem parte do acontecimento 29 de março de 2021 é rejeitado nas formações discursivas em que os discursos dos eleitores de Bolsonaro são posicionados.

Podemos dizer, então, que são efeitos de sentido diferentes expostos nos dois atos: percebemos que, enquanto os eleitores bolsonaristas defendem uma única verdade, silenciando todas as ideias que se opõem a ela, os sujeitos que estão distantes desse posicionamento, englobam diversas outras verdades em suas pautas. Orlandi (2015) defende que o real da história e os discursos de resistência sob os interditos fazem pressão: o que foi censurado não desaparece completamente, em razão de que os discursos in-significados, em momentos de repressão, deixam vestígios e demandam “na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca as margens dos sentidos, suas fronteiras, seus des-limites.” (ORLANDI, 2015, p. 61).

Por fim, assim como os atos antidemocráticos que apoiam o governo do presidente Jair Bolsonaro e que clamam Intervenção Militar com a manutenção do presidente no poder, as manifestações contra esse governo retomam acontecimentos anteriores. Podemos inferir que a manifestação retratada na imagem 7 retoma atos de resistência e de tensão sob interditos, como na Passeata dos Cem Mil, ocorrida nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, em 1968, que contou com estudantes, políticos e artistas em resposta ao assassinato do estudante Edson Luís por um militar, assim como retoma a manifestação Diretas já, em 1984, a qual foi marcada pela pressão de diversos sujeitos para que se escolhesse um presidente democraticamente no momento. Portanto, esses acontecimentos são perpassados por discursos que, abertos à repetição, sofreram transformações e promoveram novos sentidos nos dias atuais (FOUCAULT, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tratar dos principais conceitos que perpassam os estudos do discurso, de cunho pecheutiano/materialista, e entender o discurso como um dispositivo de interpretação, não o limitando, apenas, a este dispositivo, mas com o intuito de trabalhar seus limites e mecanismos, foi realizado, neste trabalho, uma pesquisa que não visava procurar o “sentido verdadeiro” dos discursos analisados, mas o real do sentido em uma perspectiva que abrange a sua materialidade

linguística e histórica. Em síntese, examinamos e tentamos compreender - como sujeitos assujeitados pela língua - os efeitos de sentidos que o simbólico e o político promovem nos discursos.

Por meio da análise dos discursos expressos nas imagens, fotografadas no dia 31 de março, foi possível tomarmos conhecimento dos sujeitos que estavam nesse acontecimento, o que clamavam, o que também não clamavam e/ou silenciavam e a ideologia propagada por meio dos dizeres que proferiam. O estudo reforçou a tese a respeito do esquecimento em torno da história por trás da Ditadura Militar no Brasil, expôs os discursos antidemocráticos proferidos no ato e demonstrou como esses discursos retomam já ditos, acontecimentos que, tomados por uma vontade de verdade, apagaram e apagam outras verdades expressas por outros sujeitos.

Percebemos, por meio das ações discursivas promovidas pelos sujeitos que se situam em práticas contrárias aos manifestos de apoio a Bolsonaro que o que pode ser uma verdade absoluta para um grupo de sujeitos pode não ser uma verdade plena para outro. Logo, entendemos que o que é rejeitado no interior de uma dada formação discursiva pode ser defendido em outra.

Portanto, amparada pelos pressupostos teóricos da AD, esta pesquisa buscou analisar o acontecimento 31 de março de 2021 e refletir sobre os discursos que perpassam essa prática discursiva por meio da análise do corpus. Buscou-se, também, identificar os sujeitos que estavam nesse acontecimento e como os discursos que proferiram no ato são oriundos de determinadas formações discursivas que, por não serem fechadas em si mesmas, agregam discursos que estão vinculados uns aos outros por desempenharem posicionamentos ideológicos parecidos.

Para finalizar, concluímos que os estudos sobre esse acontecimento antidemocrático não se esgota neste trabalho, haja vista que os interditos e a censura instaurados no Golpe de 64 ainda se perduram nos discursos que expressam uma monarquia de sentido, uma vontade de verdade no ato antidemocrático observado, comprometendo o futuro de uma sociedade democrática brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. 29M: Com milhares de pessoas, ato contra Bolsonaro ocupa sete quarteirões da Paulista. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/29/29m-com-milhares-de-pessoas-ato-contra-bolsonaro-ocupa-sete-quarteiroes-da-paulista>. Acesso em: 29 set. 2021.

ESTADÃO. 31 de março tem defesa da democracia e atos pró-golpe esvaziados. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tumultos-marcam-atos-pro-intervencao-militar-no->

[aniversario-do-golpe-de-1964,70003666601](#). Acesso em: 30 ago. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/atos-esvaziados-pelo-pais-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ed. Tradução Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 01-86.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de discurso e seus entre-meios: Notas a sua história no Brasil. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: Princípios & Procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Papel da memória. In: Maio de 1968: Os silêncios da memória. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 53-63.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006. 68 p.

ANEXOS

Anexo 1: Capturas de tela do site Folha de São Paulo, da notícia “Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro”.

Estação Saúde
O podcast da Sanofi Pasteur. Toda terça, um novo episódio.
Ouça agora gratuitamente!

MAT-BR-2102103

PUBLICIDADE

O QUE FOI A DITADURA · FOLHAJUS

Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e

O QUE FOI A DITADURA · FOLHAJUS

Atos esvaziados pelo país celebram golpe de 64 e pedem intervenção militar com Bolsonaro

Regime enaltecido em manifestações desta quarta-feira teve estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento



31.mar.2021 às 15h12

Atualizado: 31.mar.2021 às 16h23

 EDIÇÃO IMPRESSA Ouvir o texto **A-** **A+**

SÃO PAULO Pequenas manifestações em capitais do país celebraram nesta quarta-feira (31) o golpe militar de 1964 e saíram em defesa do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), símbolo do saudosismo da ditadura (1964-1985). Houve atos em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, por exemplo.

Em São Paulo, o ato ocorreu por meio da Marcha da Família Cristã pela Liberdade, convocada por apoiadores de Bolsonaro. A concentração ocorreu em frente à paróquia Imaculada Conceição, de onde os manifestantes saíram em caminhada até a frente da sede do Comando Militar do Sudeste, no Ibirapuera.

Com roupas em verde e amarelo, os manifestantes pediam principalmente "intervenção militar com Bolsonaro no poder". Alguns se ajoelharam em frente à sede militar, enrolados em bandeiras nacionais.

 1/14

Em São Paulo, Marcha da Família Cristã reúne apoiadores de Bolsonaro e defende intervenção militar



1/14

Em São Paulo, Marcha da Família Cristã reúne apoiadores de Bolsonaro e defende intervenção militar



Marcha da Família Cristã, em São Paulo, convocada por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Os manifestantes pediam principalmente "intervenção militar com Bolsonaro no poder". Danilo Verpa - 31.mar.21/Folhapress

O regime militar enaltecido nos atos desta quarta-feira teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento.

Os números da repressão são pouco precisos, uma vez que a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontam para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Em alguns casos, a sessão de tortura levava à morte.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) listou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, num total de 434 pessoas.

Um dia antes, [em nota alusiva ao golpe militar de 1964](#), o recém-anunciado ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, disse que o episódio que instalou a ditadura militar (1964-1985) é "parte da trajetória histórica" do Brasil.

"O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março", escreveu o general na Ordem do Dia, documento em alusão ao golpe.

Segundo Braga Netto, "a Marinha, o Exército e a Força Aérea acompanham as mudanças, conscientes de sua missão constitucional de defender a Pátria, garantir os Poderes constitucionais, e seguros de que a harmonia e o equilíbrio entre esses Poderes preservarão a paz e a estabilidade em nosso país".

1/6 Bolsonaro anda a cavalo em manifestação a favor do governo em Brasília, em maio de 2020



1/6 Bolsonaro anda a cavalo em manifestação a favor do governo em Brasília, em maio de 2020



O presidente Jair Bolsonaro cavalga em frente de manifestantes em um cavalo da Polícia Militar durante manifestação em apoio ao governo Pedro Ladeira/Folhapress

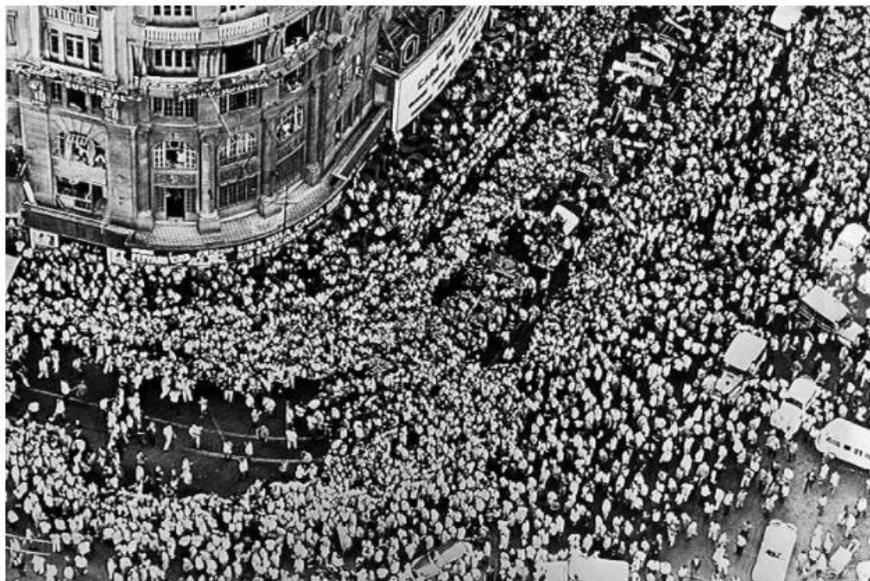
Não há hoje lei que tipifique como crime especificamente a [apologia da ditadura](#). Mas [declarações em defesa do regime](#) podem ser enquadradas como crime com base na Lei de Segurança Nacional, no artigo 287 do Código Penal e, no caso de agentes públicos como presidente e ministros, na Lei dos Crimes de Responsabilidade (lei 1.079/50).

A Lei de Segurança Nacional, em seu artigo 22, qualifica como crime "fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social", com pena de 1 a 4 anos de detenção.

Já o artigo 23 da mesma lei afirma que é crime "incitar à subversão da ordem política ou social, à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis", com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

O Código Penal, por sua vez, criminaliza a [apologia do crime](#). Já a Lei dos Crimes de Responsabilidade pune quem "provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis".

1 / 19 A Máquina da Repressão



Cortejo com 50 mil pessoas pelas ruas do Rio de Janeiro após velório do estudante Edson Luís, morto em confronto com a polícia no restaurante Calabouço, em 28 de Março de 1968
Reprodução

Anexo 2: Capturas de tela do site Estadão, da notícia “31 de março tem defesa da democracia e atos pró-golpe esvaziados”.

Política

Política

31 de março tem defesa da democracia e atos pró-golpe esvaziados

Atos ocorrem em meio à intervenção do presidente Jair Bolsonaro nas Forças Armadas

Caio Sartori, Marcelo Chello, Matheus Lara e Rayssa Motta, O Estado de S.Paulo
31 de março de 2021 | 14h24
Atualizado 31 de março de 2021 | 18h09

O aniversário de **57 anos do golpe de 1964** foi marcado nesta quarta-feira, 31, por manifestações em defesa da democracia e por atos pró-intervenção militar esvaziados nas principais capitais do País. Os atos ocorrem em meio à intervenção do presidente **Jair Bolsonaro** nas **Forças Armadas** ao demitir o ministro da Defesa e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Os ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** **Luís Roberto Barroso** e **Gilmar Mendes** criticaram as comemorações do golpe militar e lembraram abusos da ditadura – o período, que foi de 1964 até 1985, é marcado pelo fim das eleições diretas, pelo fechamento do Congresso, por censura, tortura e assassinatos praticados pelo Estado brasileiro.

DESTAQUES EM POLÍTICA

Afirmção de Bolsonaro sobre vacina e aids deu último gás à CPI

Doria nega fraude nas prévias do PSDB, defende filiação de prefeitos e reclama de 'tapetão'

Tática da CPI que prevê ação direta no STF contra Bolsonaro divide senadores e juristas

“Só pode sustentar que não houve ditadura no Brasil quem nunca viu um adversário do regime que tenha sido torturado, um professor que tenha sido cassado ou um jornalista censurado. Tortura, cassações e censura são coisas de ditaduras, não de democracias”, afirmou Barroso em postagem no Twitter.

Jovem é hostilizado por manifestantes pró-intervenção no Rio de Janeiro Foto: Wilton Junior/Estadão

Também nas redes sociais, Gilmar Mendes disse que “ditadura não se comemora”. “O dia 31/03 não comporta a exaltação de um golpe que lançou o País em anos de uma ditadura violenta e autoritária. Ao contrário: é momento de exaltar o valor da nossa democracia conquistada com suor e sangue. Viva o Estado de Direito”, afirmou.



Na terça-feira, 30, o novo ministro da Defesa, o general **Braga Netto**, disse, em nota, que o golpe de 1964 deve ser “compreendido e celebrado”.

Presenciáveis como **Ciro Gomes (PDT)**, **Guilherme Boulos (PSOL)** e **Luciano Huck** (sem partido) também fizeram questão de se pronunciar. “Rupturas institucionais, como o golpe de 64, são retrocessos inaceitáveis”, escreveu Huck. Partidos de espectros diferentes destacaram que o autoritarismo pós-1964 foi resultado das decisões dos militares. “O movimento militar de 1964 foi um golpe de Estado e assim está registrado na história”, publicou o PSDB. “Os que negam o autoritarismo instalado pela ditadura são os que hoje negam a catástrofe do combate à pandemia”, escreveu o PT.

Apesar de a hashtag #Viva31demarco e do termo “Viva 64” aparecerem nos trending topics do Twitter nesta quarta-feira, críticas à ditadura foram maioria. Até 13h, cerca de 170 mil tweets com a hashtag #DitaduraNuncaMais foram publicados, segundo números da própria plataforma. Menos de 90 mil publicaram a tag que celebra o golpe. **Ulysses Guimarães** e trechos de seu discurso na promulgação da Constituição em 1988 também estão entre os temas mais comentados desta quarta.



Atos esvaziados

Manifestantes se aglomeraram para pedir intervenção militar em São Paulo e no Rio de Janeiro. Bate-boca, insultos e até tapas foram registrados durante os atos. Nos últimos dias, mensagens de grupos bolsonaristas convocando manifestações em todo o País circularam nas redes sociais, mas, até o início da tarde desta quarta, não havia registro de grandes manifestações.

Em São Paulo, o ato ocorreu na frente do Comando Militar do Sudeste, ao lado da Assembleia Legislativa do Estado. Um grupo de manifestantes tentou forçar a entrada dentro no quartel e foi contido pelos militares. O ato começou por volta das 9h e reuniu cerca de 100 manifestantes, muitos sem máscara e sem respeitar o distanciamento social recomendado para evitar a propagação do coronavírus. Eles defendiam intervenção militar com Bolsonaro no poder e gritavam palavras de ordem contra o comunismo.

O grupo ainda questionou a eficácia das vacinas contra a covid-19 e defendeu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. Um segundo grupo de manifestantes que se identificou como ligado à igreja católica puxou um minuto de silêncio em respeito à morte do policial militar baiano que foi morto durante um surto no qual tentou atirar contra seus próprios colegas. Um dos manifestantes afirmou que ele “seu sua vida pelo povo”.

🐦
f
in

✉️
🖨️
💬



Política Estadão
@EstadoPolitica



Manifestantes pedem intervenção militar em atos esvaziados no aniversário do golpe de 1964; no vídeo gravado no Rio, um cidadão é hostilizado por criticar o ato e defender a democracia.
politica.estadao.com.br/noticias/geral...



2:37 PM · 31 de mar de 2021 ⓘ

👍 473
💬 234
🔄 Compartilhar este Tweet

Tweete sua resposta

No Rio, o ato aconteceu na orla de Copacabana. Defensores de uma nova intervenção insultaram e agrediram um jovem que contestava a manifestação. Ele foi cercado e empurrado, chegou a levar tapas aos gritos de "vai pra Cuba", "maconheiro" e outras ofensas de caráter homofóbico. Uma das faixas no ato, que reuniu cerca de 100 pessoas no fim da manhã, pedia que Bolsonaro acionasse as Forças Armadas para "auxiliar o povo na defesa da liberdade e das garantias constitucionais". Apesar de motoristas buzinares em apoio aos manifestantes, muitas pessoas o contestaram. Bolsonaro foi chamado de "genocida", e gritos pró-democracia foram ouvidos.

Outras capitais também registraram atos esvaziados. Em **Belém**, a Polícia Militar dispersou os manifestantes que se aglomeravam em frente ao Quartel-General. Em Palmas, sete apoiadores de Bolsonaro compareceram em frente ao 22º Batalhão de Infantaria, na zona rural.



Em **Natal**, o ato se deu em frente à sede do 16º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército (16RI), onde pelo menos 30 pessoas se reuniram para orar, entoar cânticos evangélicos e cantar o hino nacional.

Em **Porto Alegre**, um grupo de aproximadamente 100 pessoas realizou uma manifestação pedindo intervenção militar na rua 7 de Setembro, no cruzamento entre os prédios da sede do Terceiro Comando do Exército e o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS). Distante cerca de 400 metros, um grupo de aproximadamente 50 pessoas fazia uma manifestação contrária a quem pedia intervenção. O grupo representava cerca de 20 movimentos de esquerda, que batizaram a ação de “contra ato”.

Cerca de 250 manifestantes se reuniram em frente ao 38º Batalhão de Infantaria, em **Vila Velha**, na Região Metropolitana da Grande Vitória. Um trio elétrico foi usado pelos militantes, que estavam vestidos com camisa verde e amarela, da seleção brasileira e de apoio ao presidente. Na capital gaúcha, cerca de 100 manifestantes se reuniram próximo ao Terceiro Comando do Exército e, perto dali, um grupo de 50 pessoas fazia um “contra-ato”, em oposição à comemoração do golpe.

Contrariando uma decisão judicial que impede a realização de manifestações no período da quarentena restritiva em **Curitiba**, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro se reuniram em frente ao 20º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) para celebrar o aniversário do golpe militar de 1964. No final da manhã, cerca de 30 pessoas se encontraram em frente ao 20º BIB, na região norte de Curitiba. Na parte da tarde, um grupo reduzido saiu em carreta para cumprir um itinerário que passou pelo 5º Grupo de Artilharia de Campanha e pelo 5º Batalhão Logístico do Exército Brasileiro, ambos na região sul da capital paranaense.



Em **Belo Horizonte**, uma carreta saiu de ruas próximas ao Estádio Mineirão, Região Norte da capital, e seguiu até o centro da cidade. Os apoiadores do presidente defendem “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, conforme faixas e bandeiras que ostentam. Reclamam também dos ministros do **Supremo Tribunal Federal** (STF) e do fechamento do comércio de Belo Horizonte por conta de medidas contra a propagação do novo coronavírus.

Em **Fortaleza**, apesar da manifestação convocada nos grupos de WhatsApp bolsonaristas locais, com os dizeres “intervenção para salvar a nossa nação” e uma faixa escrita “Intervenção com Bolsonaro no poder”, apenas algumas poucas pessoas foram ao local marcado, a Catedral Metropolitana, em meio ao clima chuvoso. */COLABORARAM LAILTON COSTA, RICARDO ARAÚJO, EDUARDO AMARAL, MATHEUS BRUM, LEONARDO AUGUSTO, ANGELO SFAIR e TUNAY PEIXOTO, ESPECIAL PARA O ESTADÃO*